

# CONEXÃO Social

Ano VII nº 25 - Janeiro/Fevereiro - 2006 R\$ 6,90



## **ONG**

Técnicas circenses auxiliam a recuperação de doentes

## **Rafael Moreno Pietro**

Consultor espanhol explica como gerar valor social e empresarial

## **Construção Sustentável**

Desenvolvimento urbano com menos impacto na natureza

# Indicadores Sociais

## um olhar sobre a realidade social

*Importantes ferramentas, os indicadores apontam uma visão geral do desenvolvimento do País*

**A** permanente análise das condições de vida da população serve para mapear e sinalizar o panorama atual, para poder avaliar o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira. Não é uma tarefa simples, pois depende de aspectos que retratam o estado social da nação e de um olhar do governo, políticos em geral e da sociedade civil organizada, sobre os critérios mais importantes para fazer uma avaliação, seja ela qualitativa ou quantitativa. A 'radiografia social' que os indicadores mostram permitem que os governantes avaliem os efeitos de suas decisões políticas e acompanhem, estatisticamente, os resultados de suas iniciativas para, a partir disto, manter ou reavaliar as ações implementadas anteriormente.

Existem entidades oficiais credenciadas para fazer este trabalho de análise dos indicadores sociais, ligadas ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). O IBGE é o principal provedor de dados e informações que atendem às necessidades de diversos segmentos da sociedade civil, órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Já o IPEA tem a função básica de oferecer seus estudos e pesquisas socioeconômicas sobre o Brasil ao setor público para subsidiar decisões e à sociedade em geral para ampliar o conhecimento, o volume de informações e o debate sobre o tema.

No final de 2005, o IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgou dados importantes que revelam o momento socioeconômico atual. A equipe entrevistou aproximadamente 400 mil pes-

soas e visitou em torno de 139 mil domicílios em todo o Brasil e, pela primeira vez no país, investigou também as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A PNAD constatou que o nível de instrução das mulheres que trabalhavam continuou maior que o dos homens e que menos de 3% dos jovens de sete a 14 anos encontravam-se fora da escola em 2004. Verificou, também, que 5,3 milhões de crianças e adolescentes, entre cinco a 17 anos de idade, estavam trabalhando. Entre 2003 e 2004, o número de domicílios

que tinham exclusivamente o telefone celular cresceu em mais de 50% e em 11% haviam computadores conectados à internet. Em 2004, as pessoas com 60 anos de idade ou mais já representavam quase 10% da população do País e 46,5% dos trabalhadores tinham cobertura previdenciária. No entanto, somente 18% das pessoas ocupadas eram sindicalizadas. Estes são alguns resultados que mostram que pesquisas e políticas públicas devem andar juntas. Por isso, a importância de estarem em sintonia.

Esta pesquisa nacional anual faz um levantamento de informações sobre a habitação, rendimento e mão-de-obra, associadas a algumas características demográficas e de educação. A pequena amostragem de alguns dados evidenciados por esta ferramenta serve de apoio para que o governo faça uma análise e verifique se suas políticas públicas estão surtindo efeito ou se devem ser remodeladas.

O IPEA publicou a pesquisa Radar

Social, também em 2005, que serve como um instrumento de vigilância das condições de vida da população brasileira. O Radar foi construído de forma a oferecer ao leitor um panorama geral dos principais problemas sociais do País, buscando assim apresentar as principais mudanças que vêm ocorrendo no campo social a partir da última década, explicando os fatores que determinaram essas mudanças e suas conseqüências para as políticas públicas. Conforme a Diretora de Estudos Sociais do IPEA, Anna Peliano, quando se discute indicadores deve-se olhá-los sob duas óticas. "Primeiro devemos analisar os avanços que estão

ocorrendo e, segundo, os desafios que ainda mostram indicadores muito incompatíveis com o nível de desenvolvimento. Apesar de os nossos números serem nacionais, eles escondem as diferenças regionais, que são muito grandes. Isso acaba parecendo um paradoxo. Por isto, as melhorias que estão acontecendo não conseguem ser visíveis de uma maneira mais ampla", observa a diretora do IPEA.

Para Anna, os indicadores estão melhorando, mas não são conciliáveis, portanto as melhorias que eles evidenciam ainda passam despercebidas, pois os problemas sociais são muitos. "Os indicadores gerais melhoram, mas não necessariamente na mesma proporção em todas as regiões. Alguns até têm melhorado nas regiões mais pobres, a exemplo da queda da mortalidade infantil no Nordeste, mas ainda continuam apontando problemas mais graves em locais menos favorecidos. Quando se avalia números gerais deve-se ressaltar que as médias nacionais têm de ser analisadas com cuidado, pois escondem grandes desigual-



dades regionais”, complementa.

Segundo a diretora do IPEA, os indicadores sociais refletem avanços na gestão pública na área econômica e social e são muito importantes para subsidiar políticas e controlar o seu impacto de um modo geral. “Mais do que a síntese dos indicadores, que são importantes para se fazer um ranking geral, desagregar os indicadores e acompanhar, por exemplo, como está a saúde, a educação, o trabalho e renda é muito importante. São perspectivas diferentes e, muitas vezes, um estado ou município pode ir muito bem na saúde, mas não ir tão bem na educação. Os indicadores sintéticos, às vezes, mascaram estes dados. Por isso, a importância de olhá-los por setor, desagregados, para que seja captada cada problemática”, conclui.

Outra instituição que realiza pesquisas de indicadores sociais é a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que foi a primeira a revelar o aumento da pobreza ocorrido em 2003. A entidade divulgou

no final de novembro de 2005, uma análise salientando que o Brasil alcançou a primeira Meta do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, a miséria no país foi reduzida à metade. Na pesquisa, a parcela de indivíduos que ganham menos de um dólar por dia caiu de 12,41% em 1993 para 5,33% em 2004.

Esta pesquisa demonstrou, em primeira mão, uma queda da pobreza em 2004 movida por um aumento de ocupação, redução da desigualdade de renda, do trabalho e pelo aumento de transferências focalizadas do estado. Trata-se do primeiro estudo divulgado sobre a pobreza brasileira utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (PNAD), do IBGE.

Para o coordenador do Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, os indicadores sociais são importantes não só porque dão continui-

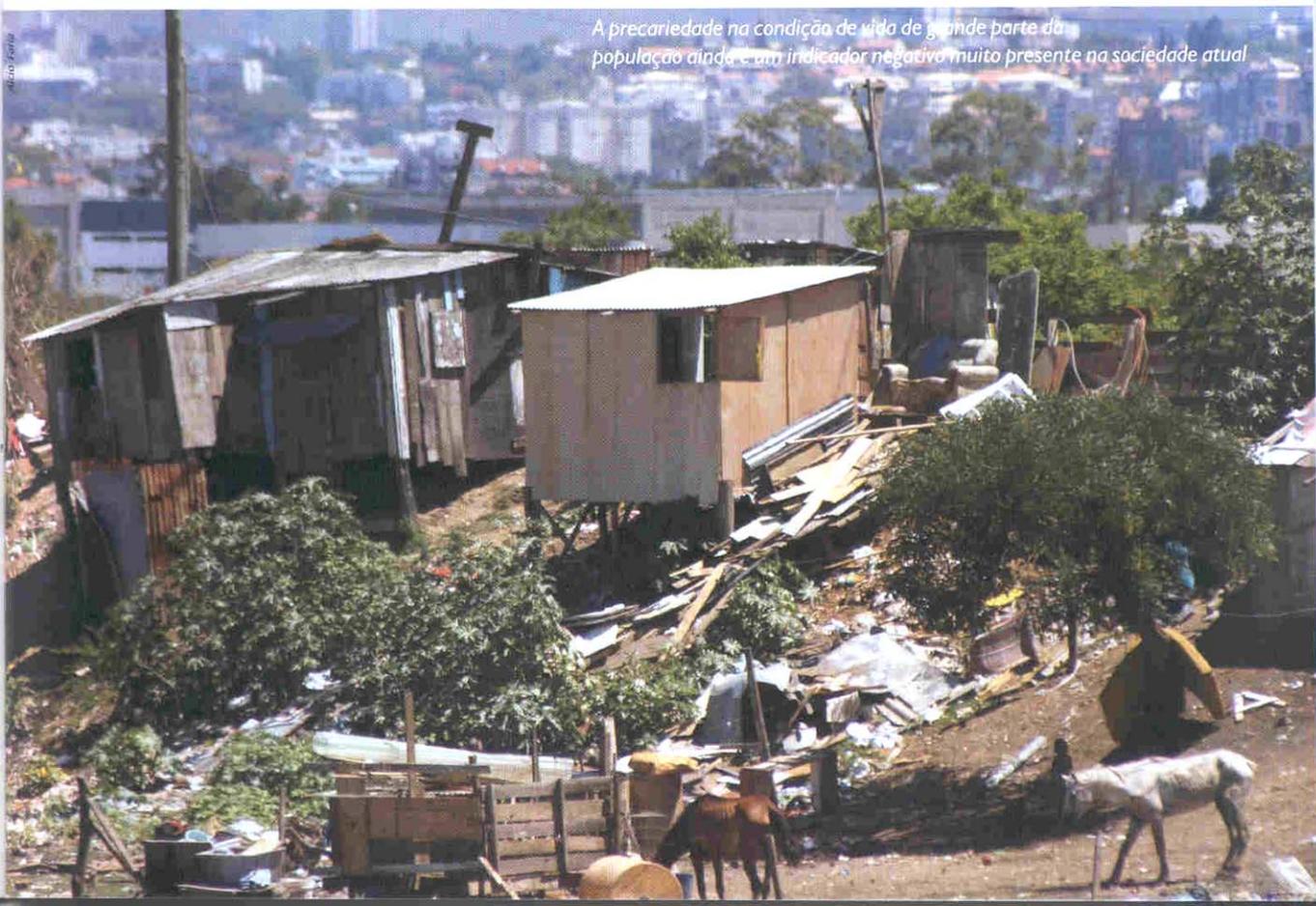
dade a relação de mais transparência ao que acontece na sociedade brasileira, mas também porque o governo se compromete com metas traçadas em torno destes indicadores. “Isso acaba sendo um passo a mais na direção das comunidades mais pobres que começam a ter mais acesso ao desenvolvimento. Por isso, defendemos a utilização destas ferramentas,” diz Neri.

Um indicador também utilizado em pesquisas é o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O IDI leva em consideração aspectos como

os percentuais de crianças que têm pais em nível precário de escolaridade, crianças com vacinação com menos de um ano, gestantes com mais de seis consultas de exame pré-natal, além de avaliar as matrículas na pré-escola. Quanto mais próximo de um (1) estiver o IDI, melhores serão as condições de vida para crianças com idades



*A precariedade na condição de vida de grande parte da população ainda é um indicador negativo muito presente na sociedade atual*



entre zero a seis anos. O Brasil ocupa agora a 88ª posição no *ranking* do Relatório da Situação Mundial da Infância 2006, segundo a pesquisa divulgada pelo UNICEF na primeira quinzena de dezembro de 2005. O País saiu da 90ª posição e fica agora ao lado das Filipinas. A pesquisa aponta que a taxa de mortalidade infantil, na última década, caiu de 39,5 para 26,6 a cada mil nascidos vivos. Porém, o País ainda apresenta o maior índice negativo da América Latina. Isso mostra que o Brasil conseguiu reverter parte da situação negativa da infância, sendo que houve uma melhora nas condições de vida deste público, mas que ainda é preciso mudar o panorama de crianças negras e índias. Este relatório serve para mostrar aos governantes a realidade social analisada por estes indicadores para que eles avaliem os resultados e invistam mais em políticas públicas que possam revertê-las.

### Em busca de melhores condições de vida

A ONU publicou o Relatório do Desenvolvimento 2005, que aponta um *ranking* mundial onde constam 177 países divididos em três categorias: desenvolvimento humano baixo, médio e elevado. A análise é feita por intermédio de um de Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Este indicador, criado em 1990 pela ONU, é utilizado para mensurar a qualidade de vida, levando em consideração três aspectos: longevidade, educação e renda medida pelo Produto Interno Bruto (PIB). A partir disso, mede-se o acúmulo de bem-estar de uma população, podendo ser calculado para diversos espaços territoriais (regiões, países, estados, municípios, e até mesmo para bairros) ou grupos sociais (homens, mulheres, brancos, negros, etc). O IDH varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (máximo desenvolvimento humano). O país que lidera, há cinco anos, a primeira posição do *ranking* mundial é a Noruega. O Brasil se encontra no 63º lugar desta lista e está atrás de países lati-

nos como: Argentina, Chile, Uruguai, México e Cuba, dentre outros.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) possui um Centro Internacional de Pobreza (CIP), que é resultado de uma transformação cultural e conseqüência da soma de esforços entre o PNUD e governo brasileiro, por meio do IPEA. O estabelecimento do CIP no Brasil visa disponibilizar conhecimento e *expertise* de ponta para os países em desenvolvimento. O centro oferece a possibilidade de acessar conhecimentos de excelente padrão mundial, produzidos por especialistas e instituições de diversos países, enquanto participam do intercâmbio de experiências práticas de desenvolvimento com redes regionais e nacionais.



José Carlos Libânio, especialista do Centro Internacional da Pobreza (CIP) do PNUD, explica que tradicionalmente a principal medida do desempenho das sociedades rumo ao desenvolvimento tem sido

o Produto Interno Bruto (PIB), que mensura a quantidade de riqueza que essas sociedades foram capazes de produzir num dado período. Porém, ele atenta para o fato de que esta é uma medida simplista e que não leva em consideração o desenvolvimento alcançado em termos sociais, culturais e políticos, dentre outros. Segundo Libânio, medir o progresso apenas em termos econômicos induz as comunidades a buscar em apenas aumento de renda, esquecendo outros aspectos valorizados na vida humana. “Mesmo considerando apenas o aspecto econômico, o PIB é uma medida precária, visto que não leva em conta a distribuição da riqueza existente. É perfeitamente possível que uma comunidade produza muita riqueza e, ainda assim, a maioria de seus membros seja pobre. Basta que esta riqueza esteja concentrada nas mãos de poucas pessoas. Portanto, é importante utilizar medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam também ou-

tras dimensões fundamentais da vida e da condição humana, e que contribuam para que os governantes e demais atores sociais busquem melhorias em todos os aspectos valorizados. Por estas razões, o PNUD criou várias medidas do grau de desenvolvimento humano alcançado por uma comunidade que, hoje em dia, são muito usadas como ferramentas de planejamento e avaliação de políticas públicas”, esclarece Libânio.

### A visão da Fundação de Economia e Estatística

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) é responsável por elaborar informações estatísticas e análises sobre a realidade socioeconômica do Rio Grande do Sul, além de subsidiar o sistema de planejamento econômico e social do Estado. Carlos Roberto Winckler, Coordenador do Núcleo de Indicadores Sociais (NIS) da FEE, fala que do ponto de vista de indicadores e estatísticas, o Brasil possui uma boa tradição que vem do IBGE. Segundo ele, houve um crescimento quantitativo, mas também uma preocupação com os indicadores, mais especificamente a partir dos anos 90. Isso, em função de todas as modificações políticas e sociais que foram ocorrendo nos estados e a preocupação de como se planejar, tendo um balizamento um pouco mais seguro por intermédio da análise de indicadores na implementação de políticas. “Não se pode mais fazer investimentos de forma uniformizada. Independentemente de existirem críticas a respeito de como as políticas estão sendo conduzidas, percebe-se que, aos poucos, vai se introduzindo uma cultura política no sentido de que este processo deve ter um mínimo de racionalidade, uma base empírica com dados mais concretos. Sem falar que os indicadores dão maior nível de confiabilidade na população, que tem participado mais ativamente a partir de critérios que passaram a existir. Acredito que os indicadores sociais são sinalizadores de políticas”, salienta Winckler.

O sociólogo e técnico da FEE, Salvatore Santagada, diz que o surgimento dos indicadores sociais ocor-

reu nos Estados Unidos (EUA), na década de 60. Até então apenas existiam dados estatísticos econômicos e o Produto Interno Bruto (PIB) balizando as propostas de planejamento de como avaliar os países. “Este movimento iniciou com os EUA e foi se espalhando nos demais países do globo a partir dos anos 70. O Brasil também começou a trabalhar com indicadores sociais, por meio do IBGE, nesta época. Esta prática foi se desenvolvendo ao longo da década de 80 e em 1990, a partir da formulação do IDH pela ONU, houve um marco importante para o movimento que havia iniciado em 1970 e que foi reforçado nos anos 90. A partir da construção do IDH a ONU começou a criar outros indicadores”, comenta.

Para Winckler, um dado novo e importante com relação aos indicadores é a preocupação com a questão ecológica. “Parece-me que isto crescerá nos próximos anos, juntamente com a preocupação da questão social. Não há mais como dissociar estas duas áreas. A própria FEE já possui seu indicador econômico ambiental. A demanda por este tipo de indicador social ambiental só tende a crescer. Há também uma tendência com relação a que os governos, cada vez mais, se baseiem em indicadores para implementar suas políticas públicas,” finaliza.

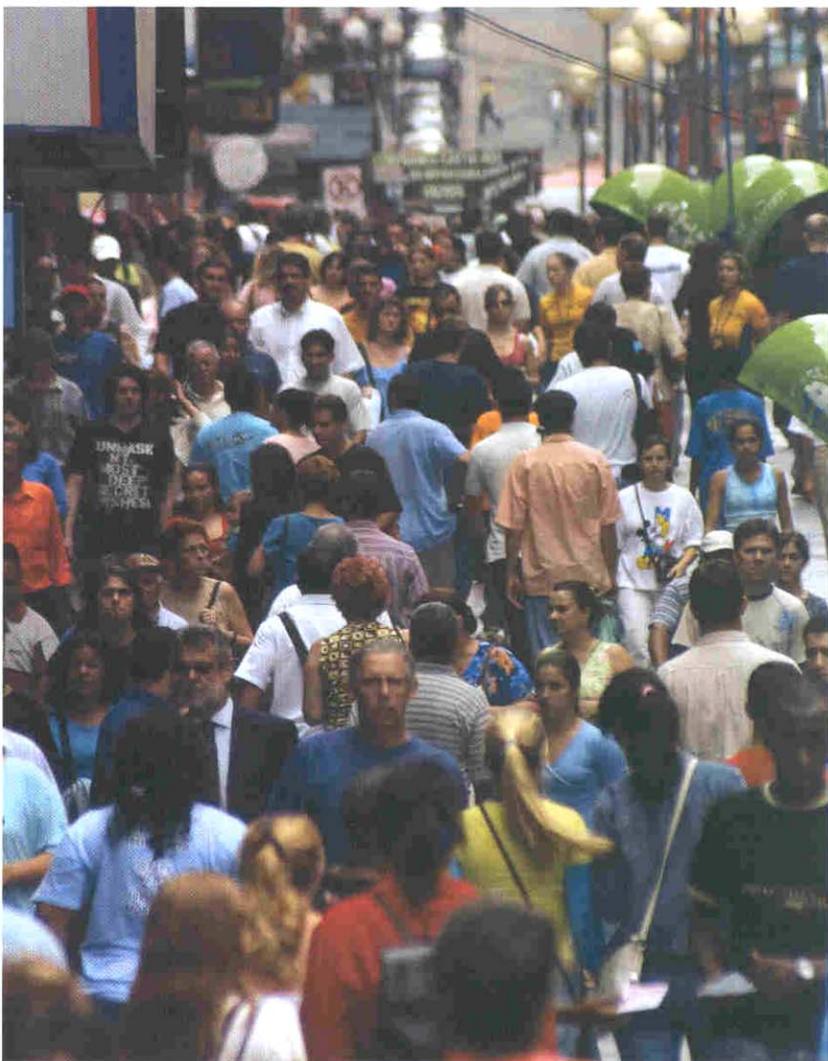
### Alguns índices

A ONU criou índices específicos que servem de sinalizadores de ações que visem o progresso social. O nível de desenvolvimento humano de municípios, por exemplo, é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), cujas dimensões são as mesmas do IDH – educação, longevidade e renda - mas que usa alguns indicadores diferentes, por serem mais adequados para medir o progresso em comunidades menores, dentro de um dado país. Por usarem indicadores diferenciados, não se pode comparar o grau de desenvolvimento humano alcançado por territórios que utilizaram o IDH como medida, com aqueles cujo cálculo foi feito a partir do IDH-M. Porém, tanto o IDH quanto o IDH-M variam de zero a 1.

O especialista do PNUD, Libânio, explica: “é importante destacar que, por terem sido criados como medidas simples do progresso humano, nem o IDH nem o IDH-M são capazes de mostrar as várias faces das desigualdades de desenvolvimento humano que podem existir num território, tais como as desigualdades entre homens e mulheres, entre zonas urbanas e rurais, entre negros e brancos, etc. Para perceber essas desigualdades, é preciso desagregar os dados, isto é, calcular o IDH ou IDH-M para áreas geográficas e para cada grupo como se cada um fosse uma comunidade independente e, depois, comparar os resultados dos diferentes grupos en-

tre si. A desagregação dos indicadores de desenvolvimento humano serve para que a sociedade conheça melhor seus problemas, desafios e potenciais”, acrescenta Libânio.

Criado em 1995, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado por Gênero (IDH-G), mede resultados nas mesmas dimensões e com as mesmas variáveis do IDH, mas leva em consideração as diferenças de resultados entre mulheres e homens. Assim, o IDH-G é uma forma importante de medir o quanto a discriminação contra a mulher é tolerada numa sociedade: quanto menor o desenvolvimento humano feminino, comparado com o desenvolvimento



Índices revelam a situação real da população

Alfon Faria

humano geral, mais discriminatória e machista é a comunidade.

Já a Medida do Empoderamento de Gênero (MEG), também elaborada no mesmo ano, mensura como a mulher toma parte na vida e nas decisões de uma comunidade, expondo as desigualdades de acesso a oportunidades econômicas e políticas importantes. A MEG está focada na participação feminina, quando comparada à masculina em áreas estratégicas e na tomada de decisões, tais como a representação feminina no parlamento, em postos de comando e decisão, etc. Há também o Índice de Pobreza Humana (IPH), criado em 1997, que mede a proporção de pessoas que passam privações numa comunidade. O IPH utiliza as mesmas dimensões do IDH, porém examina a pobreza que permanece como: vida curta, falta de acesso à educação básica e pobreza de recursos. “No momento em que os países estão perseguindo o desafio de alcançar os Objetivos do Milênio (ODM), um compromisso assumido em 2000 por 189 países durante a Assembleia do Milênio da ONU que estabeleceu o desafio de minimizar todas as formas de pobreza, há problemas que constroem sua habilidade de desenvolver políticas pró-pobres que sejam adequadas. Frequentemente suas instituições encarregadas de assuntos estatísticos e socioeconômicos necessitam de assistência técnica para reforçar sua capacidade de coleta e análise de dados relevantes para políticas relativas à pobreza e às condições de vida. Constrangimentos financeiros dificultam a coleta e o processamento de informações importantes para as políticas públicas. A capacidade institucional existente para conceber, implementar e avaliar estas políticas é limitada e a oferta de serviços técnicos de alta qualidade para fazer frente a situações como estas tende a ser limitada ou cara demais para muitos países. Uma maior cooperação é necessária para ajudar os países em desenvolvimento a alcançar os ODM,” diz Libânio.

E conclui: “No Brasil, cada vez mais, os governantes e os gestores estão atentos a cada pesquisa divulgada, principalmente quando os resultados destas

têm grande cobertura na imprensa. Isto tem contribuído para que as equipes técnicas de órgãos governamentais incorporem ferramentas contemporâneas de planejamento e avaliação no seu trabalho cotidiano. A familiaridade com estas ferramentas, os indicadores, permite que se tenha uma clara visão dos resultados obtidos ou não, por meio de políticas públicas, ao longo do tempo. Desde a região Nordeste até o Sul do Brasil, o padrão hoje em dia é o de se utilizar o conhecimento científico para balizar e avaliar intervenções na área social, tal como normalmente se dá na área econômica”.

### Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial

Valores e transparência, governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, governo e sociedade. Estes são os tópicos que fazem parte da lista que compõem os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social. Uma preciosa ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social empresarial ao planejamento estratégico e ao monitoramento e desempenho geral da corporação. Empresas que têm interesse em avaliar suas práticas socialmente responsáveis e compará-las com outras instituições devem fazer uso do questionário dos Indicadores Ethos 2005 e verificar quais os pontos fortes registrados e analisar melhorias nos fracos. “Os indicadores Ethos são um importante instrumento de auto-avaliação das empresas. Eles são uma peça fundamental para que a empresa faça um diagnóstico de sua gestão e, a partir desta análise, este indicador facilitará o planejamento estratégico da organização para o bom desempenho de suas metas, sinali-

zando o que deve ser melhorado e o que precisa ser ampliado”, afirma Leno Silva, gerente de comunicação do Instituto Ethos de Responsabilidade Social (Ethos).

Outro meio eficaz para mensurar os indicadores é o Balanço Social, um levantamento onde constam os principais dados de desempenho econômico, social e ambiental de uma empresa, além de ser um meio de acentuar a transparência às atividades empresariais. No Brasil, existem três modelos que são utilizados pelas empresas. O modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), lançado em 1997, inspirado no formato de balanços financeiros, mas que aponta números associados à responsabilidade social da organização de forma detalhada. Há também o modelo Ethos, que é baseado num relato detalhado dos princípios e ações da instituição, incorporado a planilha do IBASE. E ainda o modelo Global Reporting Initiative (GRI), que é uma iniciativa global para apresentação de relatórios que visa padronizar os balanços sociais produzidos por setores e países diferentes.

Silva complementa que a primeira edição dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social foi criada em 2000. “Atualmente, os indicadores estão cada vez mais alinhados no campo da responsabilidade social, como no caso das Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), o Global Compact (Pacto Global), uma idéia do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para incentivar a responsabilidade social corporativa, e o modelo de balanço social do GRI. Pode-se considerar que os indicadores Ethos são um retrato fiel da realidade das empresas socialmente responsáveis”, relata o gerente de comunicação do Ethos.

### O IDH Empresarial

O Presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), Marcos Kisil, comenta que a entidade, em parceria com o laboratório Novartis, desenvolveu um indicador inédito no mundo: o Índice de Desenvolvimento Humano Empresa-



rial (IDH-E). Este índice pode ser comparado com o IDH da cidade onde a empresa está inserida. Com isso, a organização pode traçar ações concretas e implementar melhorias para seus colaboradores, entre outras. Com a avaliação deste índice, a Novartis descobriu que seu IDH-E está 8,8% acima do IDH das quatro cidades onde têm fábricas. Comparado ao IDH do Brasil, a diferença é de 15,6% a favor da empresa. Kisil salienta que esta metodologia foi doada ao Instituto Ethos e explica que o uso deste indicador, conhecido por sua aplicação junto a grupos sociais como municípios, estados e nação, pode funcionar como um excelente indicador da contribuição de uma empresa para os resultados de um IDH da área geográfica onde atua. "Acreditamos que um empresário que realmente queira fazer de seu investimento social um investimento estratégico deva levar em conta uma situação social problema e sua capacidade de intervenção por meio do seu investimento. Neste sentido, os indicadores sociais servem não só para ajudar no diagnóstico de situação e decisão sobre o foco de atuação, mas também para monitorar e avaliar se as ações executadas estão tendo impacto e atuando sobre o problema, transformando a realidade", menciona o presidente do IDIS.

## Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Um novo indicador do mercado acionário brasileiro está em atividade desde o dia primeiro de dezembro de 2005. Trata-se do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), lançado pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O referido índice foi criado a partir de metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCES) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), com o apoio financeiro do International Finance Corporation (IFC). O ISE reúne, em sua primeira carteira, 34 ações de 28 empresas que foram selecionadas dentre 63 que responderam ao questionário criado pelo GVCES e enviado às companhias emissoras das ações mais líquidas da

Bovespa. O índice foi formulado com base no conceito internacional *Triple Bottom Line* (TBL), que avalia de forma integrada as dimensões econômico-financeiras, sociais e ambientais das empresas, tendo sido adicionados ainda critérios e indicadores de governança corporativa. Será revisado anualmente e ponderado pelo *free-float*, que é o número de ações em circulação no mercado das empresas que o compõem.

O ISE vai refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem a sustentabilidade empresarial. Foi criado para se tornar *benchmark* (marca de referência) para o investimento socialmente responsável e também ser indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro. Conforme o coordenador geral e responsável institucional do Centro de Estudos em Sustentabilidade da



Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Rubens Mazon, o ISE serve como um balizador para as empresas sustentáveis. "Percebe-se que as empresas que ficaram fora do ISE vão fazer um esforço para tentar entrar e as que estão no índice vão querer permanecer", avalia. Mazon argumenta que a repercussão nacional e internacional do lançamento deste índice foi muito boa. "O Brasil dá um exemplo importante para a agenda mundial. Na avaliação do International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, o País demonstra que suas empresas podem se desenvolver dentro de um novo modelo mais sustentável", diz. E finaliza: "O Brasil é o quarto país do mundo a ter este tipo de indicador na bolsa de valores e o primeiro da América Latina. E esse é um passo muito positivo". ■



A PNAD 2004 (IBGE) mostra que o Brasil atingiu a primeira meta do milênio da ONU